



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte, o Conselho Municipal de Educação reuniu-se, em sessão ordinária, através de meio digital, devido à pandemia da COVID-19, que restringe a mobilidade e impede o encontro presencial. O Presidente fez a abertura da reunião e solicitou que todos fizessem a leitura da ata do encontro anterior, compartilhada no grupo de Whatsapp e na tela do aplicativo Zoom. Após a leitura, a referida ata foi aprovada por todos os presentes. Antes de passar à ordem do dia, o Presidente falou sobre a importância do encontro com o Ministério Público, realizado no dia 17/06, uma vez que, diante da forma como o Promotor se dirigiu aos membros do Conselho, representou o reconhecimento do trabalho deste colegiado e da equipe da Secretaria de Educação de Nilópolis. Assim, o Presidente felicitou a todos e ratificou a relevância da parceria entre CME e SEMED. Acrescentou que todos devem continuar acompanhando as “lives”, reuniões e fóruns, que vêm discutindo as questões da pandemia, retomada das aulas e protocolos de segurança, pois, devido ao inusitado do fato, discutir o assunto é fundamental para a tomada de decisões, até que algum órgão (preferencialmente o Ministério da Educação) defina diretrizes claras. Em seguida, o Presidente tratou da retomada das aulas, dizendo que, salvo melhor juízo, está convencido de que quem tem autoridade para permiti-la é o Prefeito, por ser legalmente responsável pela expedição do alvará de funcionamento do estabelecimento. Portanto, atualmente, em Nilópolis, o que impede o funcionamento das escolas da iniciativa privada é o decreto do Prefeito, que prorroga a suspensão das aulas tanto da rede pública quanto da rede particular. A conselheira Eva disse que é muito triste constatar que, até nesses momentos tão delicados e difíceis, existe o julgamento político do Prefeito. Acrescentou que tal julgamento não deveria existir, pois o importante é preservar vidas e, enquanto instituição privada, mantenedora e vice-presidente da FENEN, ela posiciona-se publicamente no sentido de que prefere fechar sua instituição de ensino a colocar em risco a vida de sua comunidade escolar. Esclareceu que seu protocolo já está pronto; entretanto, o custo e o risco são muito altos e defende seu posicionamento. Considera ainda que o mês de julho será um divisor de águas, porque, até junho, algumas escolas tiveram algum “oxigênio”, mas os pais vão cansando de esperar e vão retirando as crianças da escola. A conselheira Flávia informou que o Prefeito flexibilizou o comércio na semana passada e que o Secretário de Saúde precisa aguardar de quinze a vinte dias para, analisando-se a curva de contágio, definir se será permitido ou não o retorno gradativo das atividades escolares. Logo após, o Presidente citou o caso do município de Caxias, onde o MP cassou a autorização de funcionamento das escolas privadas dada pelo Prefeito. Comentou também que alguns prefeitos estão colocando nas mãos dos gestores das escolas privadas a decisão de retorno, eximindo-se da responsabilidade, o que é uma temeridade. A conselheira Roberta manifestou preocupação com o retorno das escolas de horário integral. A conselheira Waldenise disse que essas divergências nas decisões sobre a retomada das aulas só estão acontecendo porque estamos sem liderança, sem diretriz, uma vez que o Ministério da Educação não tem posicionamento e, segundo ela, a Educação parece não ser prioridade neste governo. O Presidente alertou que



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

alguns conselhos de educação, precipitadamente, estão elaborando planos de retomada, que, na verdade, competem ao órgão executivo, já que o órgão normativo não pode publicar documentos que criem despesas. Dando prosseguimento à reunião, passou-se à ordem do dia, quando a conselheira Flávia explanou sobre os três tópicos da pauta: como está a adesão dos alunos com acesso à plataforma e a participação dos docentes nesse processo; como a SEMED está pensando a avaliação do primeiro e segundo semestres do ensino regular e a avaliação e conclusão do semestre da EJA, nesse primeiro semestre de dois mil e vinte; e o que há de discussão e planejamento sobre o plano de retomada. A referida conselheira esclareceu que a plataforma está com mais de 4.000 acessos por dia, com aulas gravadas pelos professores e que o monitoramento é feito a partir de exercícios online, aos quais os alunos respondem, de acordo com os conteúdos ministrados. Acrescentou que há devolutiva de exercícios de cerca de três mil alunos por dia e que também é possível tirar dúvidas pelo Whatsapp. Entretanto, o maior desafio da rede no momento é a EJA, que tem ficado de fora das discussões a nível nacional, sem referências. Inclusive, alguns municípios cancelaram o semestre dessa modalidade, o que não será feito em Nilópolis. Segundo orientações do fórum da EJA, nesse período deveria haver uma progressão automática, principalmente para os alunos em terminalidade. Assim, a SEMED pretende parar por duas semanas em agosto para fazer um replanejamento curricular, com aprendizagens essenciais e avaliação diagnóstica, além de realizar uma consulta pública com os alunos da EJA para definir com eles o melhor projeto de trabalho. Flávia enfatizou que o currículo será uma união de 2020 e 2021 para caracterizar continuidade e deverá ser publicado em Diário Oficial. O conselheiro Jorge sugeriu que fosse elaborada uma resolução para justificar esse período sem notas no Ensino Fundamental. A conselheira Aline, então, destacou a necessidade de que se defina como será elaborado o relatório da Educação Infantil. A conselheira Flávia pediu a palavra para explicar que a documentação ainda não saiu, pois o último parecer do CNE (Nº 5) não foi homologado e o ideal seria agir em consonância com este documento. Porém, a SEMED aguardará apenas até agosto, quando publicará resolução própria. Flávia também cogitou a possibilidade de progressão automática para as demais fases da EJA, além de aulas de reforço aos sábados, ampliando o projeto dos CPM, ainda que os alunos já estejam matriculados no Ensino Médio na rede estadual. Fica, então, registrado em ata que aguardaremos essa discussão, disse o conselheiro Jorge. Voltando à fala da conselheira Flávia, tratou-se sobre o plano de retomada, relatando que a Educação Especial não retornaria e a Educação Infantil só o faria na última fase. Já no Ensino Fundamental, retornaria, primeiramente, o segundo segmento e, quinze dias depois, o primeiro segmento, seguindo protocolos como: rodízio, distanciamento, uso de máscaras, higienização, testagem de temperatura e refeições realizadas em sala de aula, dentre outros. Seriam, portanto, três fases de retorno. O plano também preverá o ensino híbrido, com complementação na plataforma. Concluindo, a conselheira informou que a SEMED abriu um processo administrativo para que a Secretaria de Saúde informe, oficialmente, os protocolos e quando será seguro o retorno das atividades escolares.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

Dando continuidade à reunião, o conselheiro Jorge agradeceu a relevante explanação da conselheira Flávia. A conselheira Cláudia apontou que os idosos da EJA estão sendo contemplados. A conselheira Joyce questionou se os bebedouros das escolas seriam desativados, o que foi confirmado pela conselheira Flávia, acrescentando que, desde 2019, os pratos e talheres de plástico foram substituídos pelos pratos de vidro temperado e talheres de metal. A conselheira Eva solicitou que, antes de uma definição da Secretaria de Saúde e da publicação da resolução sobre o retorno, fosse formado um grupo de discussão de gestores das escolas privadas. Finalizando, a assessora técnica Andréa relatou que verifica o e-mail do Conselho diariamente e, até o presente momento, a ata do encontro com o MP ainda não havia sido enviada para análise e validação. Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata por Andréa Tavares, que secretariou a reunião, e vai assinada por todos os presentes.

